



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Exercício 2021

Aprovação: 301ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 19/04/2022.

584ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 29/04/2022.

GERÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA,
RISCOS E COMPLIANCE



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Portos da CODEBA fecharam o ano de 2021 com uma movimentação de 13.491.011 toneladas, o que representa um aumento de 15,92% em relação ao ano de 2020, superando o recorde histórico anual de 2017, quando foram registradas 11,8 milhões de toneladas. O Resultado foi um novo recorde histórico de Receita/Lucro de 27% em relação ao ano de 2020, fechando o ano com um lucro líquido de R\$ **45.454.992,93** milhões.

Em relação aos sistemas de governança da Companhia, houve um avanço significativo quando comparado ao ano anterior. O surgimento da pandemia da Covid-19 e as medidas necessárias à contenção do vírus mantiveram 2021 como mais um ano atípico. Apesar desse contexto, as atividades operacionais desenvolvidas pela CODEBA não foram interrompidas, tendo sido desempenhadas de forma contínua e de acordo com os mais rigorosos padrões de segurança, bem como em total conformidade com as orientações dos órgãos de saúde competentes.

Alinhada com o compromisso de preservar a saúde e a segurança de seus empregados, a CODEBA se engajou na luta para mitigar os efeitos dessa pandemia. Para isso, adotou ações de governança de pessoal que, alinhadas às recomendações da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde, contribuíram para prevenir e combater o avanço da Covid-19 e mitigar suas consequências em todas as frentes possíveis. Dentre essas iniciativas, se destacam:

- A flexibilização da jornada de trabalho visando facilitar o acesso dos empregados ao transporte de massa, evitando o deslocamento no horário de pico;
- A instituição de escala de revezamento de trabalho e utilização do teletrabalho entre os empregados administrativos a fim de evitar aglomerações, reduzindo, dessa forma, o risco de contágio;
- A intensificação do acompanhamento do cumprimento das normas de prevenção em todas as unidades com a correção imediata de eventuais desvios;
- As ações de conscientização e orientação para os colaboradores sobre cuidados individuais;
- O acompanhamento de saúde pela área de Assistência Social da Companhia e acesso a serviços de telemedicina. Todos os colaboradores foram orientados a relatar eventuais sintomas imediatamente, bem como o contato com pessoas diagnosticadas com o vírus; e
- A aferição diária de temperatura e oxigenação pela equipe de saúde, em todos os colaboradores, no período mais crítico da pandemia.

Todo esse esforço garantiu a continuidade das operações e do atendimento das políticas públicas, fortalecendo, dessa forma, o seu modelo de gestão e o sistema de governança da Companhia.

Outros fatores que contribuíram para o fortalecimento do modelo de gestão e de governança da Companhia foi a implementação do mapeamento de riscos dos processos logísticos portuários e de gestão interna, com destaque para os processos de gestão estratégica, faturamento, integridade e de operação portuária. Destacam-se também a revisão do Regimento Interno, a finalização da implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP; a revisão do Planejamento Estratégico e a elaboração do Plano de Negócios 2022, contemplando indicadores e metas mais objetivos, passíveis de mensuração e acompanhamento, associados às fontes vigentes (legislações e normativos).

Outros destaques referem-se ao aperfeiçoamento da atuação do Comitê de Integridade, com a aprovação do seu Regimento Interno; Plano de Integridade e Código de Conduta e Integridade; e aos avanços na adoção das melhores práticas de gestão, a exemplo da:

- Realização, por meio do Minfra, de processo seletivo para a contratação de profissionais para os cargos de Ouvidor, Corregedor e Auditor Interno;
- Aprovação da revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, que tem por objetivo regulamentar e definir os princípios, diretrizes, estrutura, competências e responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da CODEBA, de forma a assegurar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos do negócio;
- Elaboração da Norma Elaborar e Gerir o Orçamento, alinhando o Orçamento da Companhia ao seu Planejamento Estratégico;
- Aprovação da revisão da Norma Gerir Remuneração de Dirigentes, incluindo as alterações constantes nas Recomendações dos Relatórios de Auditoria Interna;
- Aprovação da Revisão da Política de Transações com Partes relacionadas, após validação do Comitê de Auditoria Estatutário; e
- Aprovação da Política de Segurança da Informação e Privacidade que, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, tem por objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento da segurança da informação, de acordo com a sensibilidade dos dados e das informações sob responsabilidade da CODEBA, e garantir que os requisitos de confidencialidade,

integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio lhes sejam devidamente conferidos.

Na área financeira, foram elaborados/revisados normativos internos e desenvolvidos mecanismos de controles mais eficazes permitindo maior fluidez nas informações contábeis em relação aos balancetes mensais destinados aos órgãos de controle, e adotados novos procedimentos nos processos internos em atendimento às metas de gestão.

Essas ações refletem o objetivo da Companhia em garantir maior transparência da gestão e aprimoramento das diretrizes de governança, conformidade, gestão de riscos, compliance e controles internos.

Nesse contexto, para o ano de 2022, a CODEBA continuará fortalecendo os mecanismos de governança e de eficácia da gestão, assumindo, dentre outros compromissos, o de realizar o mapeamento dos riscos estratégicos da Companhia; executar o Plano de Integridade; aprovar a sua Política de Governança Corporativa e revisar o Plano de Cargos Empregos e Salários - PCES e o Plano de Cargos Comissionados e de Confiança – PCCFC, visando, dentre outras alterações, contemplar os cargos de Corregedor e de Ouvidor.

Assim, pautando suas ações sempre na proteção do interesse público, nas melhores práticas de mercado, e em temas relevantes para o crescimento da Companhia, é com satisfação que o Conselho de Administração da CODEBA, cumprindo as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, denominada Lei das Estatais, em seu artigo 8º, incisos I, III, e VIII; e em conformidade com a regulamentação dada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, artigo 13, incisos I, III e VIII, **subscrive a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da CODEBA – 2021**, reafirmando o compromisso da empresa com a transparência, a consecução dos objetivos de políticas públicas, a contínua melhoria da governança corporativa, o alinhamento às melhores práticas de Mercado e o aprimoramento da gestão.

Salvador, 29 de abril de 2022.

Otto Luiz Burlier Silveira Filho

Presidente do Conselho de Administração da CODEBA

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF 14.372.148/0001-61	NIRE 29300003832
Sede: Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, Comércio, CEP 40.010-000 Salvador - Bahia. Telefones: (71) 3320-1212/ (71) 3320-1232.	
Tipo de estatal: Empresa pública	Acionista controlador: União Federal
Tipo societário: sociedade por ações	Tipo de capital: capital fechado
Abrangência de atuação: Nacional e Internacional	
Setor de Atuação: Administração da Infraestrutura, Exploração e Gestão Portuária.	

Diretor de Gestão	Jenner Augusto da Silveira Kruchewsky
Administrativa e Financeira:	Telefone: (71) 3320-1234 e-mail: jenner.silveira@codeba.gov.br
Auditores Independentes:	EC DIFERENCIAL AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES Ltda, e-mail: claudialima@ecdiferencial.com.br, telefone: (71) 99249-8991 – Responsável Técnica: Cláudia Lima – Contrato 029/2021. Início: 23/11/2021. Vigência de 23 meses.

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	
Otto Luiz Burlier Silveira Filho	CPF: 803.950.311-68
Pedro José Galvão Nonato Alves	CPF: 037.678.175-00
Marconi Andraos Oliveira	CPF: 093.279.405-04
Tania Regina Gomes dos Santos	CPF: 140.560.705-04
Cicero de Andrade Rocha Filho	CPF: 337.853.255-68
Carlos Vinícius Brito Reis	CPF: 910.103.305-00

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	
Carlos Autran de Oliveira Amaral	CPF: 259.177.737-34 Diretor-Presidente
Jenner Augusto da Silveira Kruchewsky	CPF: 904.606.775-00 Diretor de Gestão Administrativa e Financeira
Augusto Cesar Lobato Posada	CPF: 347.246.217-53 Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária
Ana Paula Leal Aguiar Calhau	CPF: 759.837.887-87 Diretora Empresarial e de Relação com o Mercado

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 277.553.624,21 está dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Ordinárias	21.277.791.876	21.277.791.876
Preferenciais	20.172.157.609	20.172.157.609

Esse montante foi o mesmo aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária para o exercício de 2020 e será encaminhado para Assembleia Geral Extraordinária do exercício de 2021, previsto para 28/04/2022, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 98,36% das ações, e o Governo do Estado da Bahia com 1,64%.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA foi constituída por meio da Sessão Pública realizada com a Assembleia Geral dos Acionistas em 17 de fevereiro de 1977, cuja Ata de Constituição foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 16 de março 1977, passando a ser uma sociedade de economia mista por ações, incorporando, a partir desta data, os Portos de Salvador, Ilhéus e Aratu-Candeias, todos, até então, com autonomia própria, mas, sob fiscalização e orientação dos órgãos do Governo Federal, na época, Ministério dos Transportes.

O Novo Estatuto Social da CODEBA foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15/12/2020. A revisão teve como objetivo adaptar o Estatuto ao modelo das empresas de grande porte, apresentado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

A Companhia disponibiliza ao setor privado infraestrutura para a execução dos serviços concernentes às atividades de logística, nos modais terrestre e marítimo, tais como: arrendamento de áreas nos portos organizados, atracação de navios, movimentação de carga, armazenagem, sistema de transporte interno, entre outros.

O aspecto econômico é um dos interesses subjacentes às atividades exercidas pela Autoridade Portuária. A CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, tendo em vista o impacto que a atividade portuária exerce sobre a economia local. Nesse contexto, destaca-se o papel dos portos para o desenvolvimento do país, e a sua importância para o comércio externo e a economia nacional.

Outro aspecto atrelado às políticas públicas é o social. As atividades exercidas pela Companhia das Docas da Bahia têm o objetivo de promover a concorrência no setor portuário local, permitindo a formação de preços mais baixos e o consequente atendimento de clientes de menor porte, não abrangidos pelos Terminais de Uso Privativos. A razão de ser da CODEBA está baseada na possibilidade de extrair do patrimônio público (instalações portuárias), por ela administrado, o uso mais benéfico para toda a sociedade.

Ainda deve ser ressaltado o imperativo de Segurança Nacional, à luz do qual os portos surgem como principais pontos de entrada e saída de grandes volumes de cargas. Nesse particular, é fundamental o trabalho interagências: das equipes da CODEBA; Operadores Portuários; Polícia Federal; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Receita Federal e outros. Tal como todas as demais empresas estatais, a CODEBA está submetida ao que determina a Lei 13.303/2016, denominada “Lei das Estatais”.

2. Políticas públicas:

2.1. Instrumentos de Planejamento

O Plano Nacional de Logística 2035 (PNL 2035), elaborado pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) em parceria com o Ministério da Infraestrutura (MINFRA) e aprovado pela Resolução GM/MINFRA nº 6, de 15 de outubro de 2021, é um instrumento essencial ao planejamento de transportes do país, e que tem por objetivo identificar as necessidades e oportunidades atuais e futuras do sistema de transportes. As diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário nacional: Planos Mestres, PDZ e PGO são estabelecidas pela Portaria MINFRA 61/2020, de 10 de junho de 2020.

Os Planos Mestres dos complexos portuários brasileiros e vários dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos organizados, elaborados na vigência da Portaria SEP/PR nº 03/2014 (revogada pela Portaria MINFRA 61/2020), continuam válidos e serão atualizados, gradativamente, de acordo com as novas portarias vigentes.

O PNL 2035, está disponível para consulta em <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/83337>. Os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus encontram-

se em vigor, mas em fase de revisão, e estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da CODEBA em <http://www.codeba.gov.br>

Além desses instrumentos, a CODEBA conta com o Planejamento Estratégico 2020-2024 e o Plano de Negócios 2022.

2.2. Papel da CODEBA no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia

O objetivo social da CODEBA é representado por meio de sua Missão. Conforme apresentado no Planejamento Estratégico 2020-2024, a Missão da CODEBA é *“prover infraestrutura, fiscalizar e garantir a efetividade das operações e serviços portuários nos portos públicos no Estado da Bahia”*.

Possui como valores estabelecidos a ética e transparência, respeito à legislação, valorização do capital humano, compromisso social e ambiental e inovação. Tem como Visão *“ser reconhecida como Autoridade Portuária de excelência em gestão, dentre os portos públicos do Brasil, e agente fomentador da expansão econômica e social, no Estado da Bahia”*, por meio de medidas de otimização dos resultados financeiros e operacionais, melhorias da comunicação interna e externa, adequação da capacidade instalada, aumento da eficiência, entre outras medidas que serão explicitadas nesta Carta.

Nesse contexto, a CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, exercendo sua função de Autoridade Portuária, sempre atrelada ao interesse público, de forma a apoiar as seguintes políticas públicas:

- Desenvolvimento do Turismo local, por meio do Terminal Marítimo de Passageiros;
- Fortalecimento do desenvolvimento do Estado na cadeia produtiva de Químicos e Petroquímicos;
- Desenvolvimento econômico do Estado, contribuindo para o crescimento da economia e elevação da capacidade produtiva do Estado.

Em consonância com as políticas públicas, a CODEBA poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação.

A seguir, estão apresentadas as ações e projetos de investimento iniciados, em desenvolvimento ou concluídos em 2021 pela CODEBA, em consonância com as políticas públicas:

ÁREA DE INTERESSE	PROJETO	STATUS
COMERCIAL E NOVOS NEGÓCIOS	Arrendamento do Terminal de Granéis Sólidos (TGS) do Porto de Aratu-Candeias (ATU12), incluindo o pátio de minérios, a instalação ocupada pela arrendatária Paranapanema, bem como os berços sul e norte do TGS I (Área de 186 mil m²).	Em 10/03/2021 foi publicado no DOU, a homologação do procedimento de licitação e adjudicação ao licitante vencedor a área referente ao arrendamento. O PBI está em vias de aprovação pelo Poder Concedente, a previsão para assinatura do Termo de Aceitação das instalações será de até o dia 15/04/2022.
	Arrendamento do TGS II para movimentação de granéis sólidos vegetais no Porto de Aratu-Candeias (ATU18), incluindo área contígua ao pier II e o silo da antiga CIMEX (Área de 51 mil m²).	Em 10/03/2021 foi publicado no DOU a homologação do procedimento de licitação e adjudicação ao licitante vencedor da área referente ao arrendamento. O PBI está em vias de aprovação pelo Poder Concedente. A previsão para assinatura do Termo de Aceitação das instalações será de até o dia 15/04/2022.
	Regularização dos contratos de arrendamentos que estão mantidos sob liminares da justiça.	O Contrato de Arrendamento nº 46/89 da PARANAPANEMA, está contido no Contrato de Arrendamento que será celebrado com a Empresa CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais LTDA. O contrato de Arrendamento nº 027/93 da BRASKEM será prorrogado pelo Poder Concedente, no momento está sendo discutida a minuta do 3º Termo Aditivo.
	Arrendamento de área no Porto de Aratu-Candeias para movimentação anual de aproximadamente 20 milhões de minério de ferro (ATU12A).	A empresa interessada solicitou e está aguardando autorização do poder concedente para elaboração de EVTEA.
	Obtenção da delegação de competência para realizar as seguintes ações: I - a elaboração do edital e a realização de procedimentos licitatórios para arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; II - a celebração e a gestão de contratos de arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; e III - a fiscalização da execução de contratos de arrendamento de instalações portuárias.	Diante da possibilidade estabelecida pela Portaria 574/2018 do MTPA, a CODEBA protocolou na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) um requerimento para obtenção de Delegação de competências. Em abril de 2019 a SNPTA emitiu um ofício informando que para apreciação do pleito, a CODEBA deveria atender aos requisitos do Art. 6º e 9º da citada portaria. Em 2021, a CODEBA obteve nota 7,5 de um total de 10, no Ranking do IGAP. A Companhia prossegue trabalhando a fim de atender aos requisitos indicados na Portaria 574/2018.
	Licitação da Área 6 do PDZ do Porto de Ilhéus. (Antigo Dalnorde)	O Contrato de Cessão de Uso Oneroso foi celebrado em 07/03/2022 com prazo de vigência de 10 anos.
	Leilão nº 04/2021-ANTAQ, referente à área de 16.707,81 m² denominada SSD09, destinada à movimentação e armazenagem de carga geral, de projeto ou containerizada, situada no Porto Organizado de Salvador/BA.	O Contrato de arrendamento simplificado está em vias de assinatura, a previsão inicial era para 30/03/2022.
	Atualização dos PDZs dos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus.	A atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento encontram-se em andamento.
	Chamamento Público visando a exploração da atividade de unidade industrial de armazenagem e moinho de trigo, no Porto de Ilhéus, nas áreas denominadas como nº I e II do PDZ, por	Após manifestação do Conselho de Administração, a DIREX aprovou a homologação e adjudicação do Chamamento Público nº 01/2021, com a Empresa ASA

	meio da celebração de Contrato de Cessão Onerosa.	INDÚSTRIA e COMÉRCIO LTDA. O contrato está na fase de assinaturas.
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu, com a construção de 2 novos "berços" - foi firmado um memorando de entendimentos com as arrendatárias Braskem, Grupo Ultra e Vopak, para viabilizar as providências necessárias, a fim de que seja levada a proposta ao Poder Concedente.	A ULTRACARGO protocolou na SNPTA o EVTEA acerca dos investimentos sobre a ampliação do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu-Candeias. Em reunião com o Chefe da URESV/ANTAQ em 28/03/2022, a CODEBA tomou conhecimento que o EVTEA já está sendo analisado pela Agência Reguladora..
	Recuperação dos equipamentos do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias.	Concluído em 2021.
	Elaboração do Projeto Básico de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico dos Portos de Aratu/Candeias e Salvador.	Contratado e em elaboração. Previsão de licitação: Porto de Aratu: Abril/2022, Porto de Salvador: Maio/2022.
	Recuperação da pavimentação asfáltica do sistema viário interno do Porto de Aratu-Candeias.	Os serviços foram executados parcialmente em 2020 e foram relicitados no mesmo ano. Encontram-se em execução, com previsão de conclusão para abril/2022.
	Construção das obras civis do CLPI (Cadeia Logística Portuária Inteligente).	Licitação iniciada em 2021. Previsão para o início das obras: 1º semestre de 2022.
	Dragagem de manutenção do Porto de Ilhéus.	Concluída. Em análise no Centro de Hidrografia da Marinha para aprovação do levantamento hidrográfico. Posteriormente será encaminhado para à Capitania dos Portos para homologação do calado.
	Adequação do sistema de drenagem pluvial da retroárea do cais do Porto de Ilhéus.	Serviço iniciado em 2021. Previsão para conclusão: Abril/2022.
	Construção da Central de Resíduos do Porto de Ilhéus.	Serviço iniciado em 2021. Previsão de conclusão: Fevereiro/2022.
	Recuperação do enrocamento de contenção de aterro – Porto de Ilhéus.	Concluído em novembro/2021.
	Recuperação da estrutura e proteção Portuária (molhe) do Porto de Ilhéus	Serviço Iniciado. Previsão para conclusão: Maio/2022.
	Ampliação e adequação dos sistemas de monitoramento - CFTV dos Portos de Aratu-Candeias e Ilhéus.	Foi concluída a licitação para aquisição de câmeras, Hds e acessórios para a ampliação do sistema de CFTV dos Portos de Aratu-Candeias e Ilhéus. Os equipamentos adquiridos já foram instalados.
	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Salvador.	Processo iniciado. A emissão da Licença, inicialmente prevista para 2020, encontra-se em análise pelo órgão ambiental.

Desta forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CODEBA trabalha no desenvolvimento de atividades alinhadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social.

2.3. Atividades desenvolvidas:

Conforme previsto no Art. 4º do seu Estatuto Social, a CODEBA tem por objeto social a administração da infraestrutura portuária e o exercício das funções de Autoridade Portuária, no âmbito dos portos organizados, no Estado da Bahia, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério Supervisor. Além do objeto social, a CODEBA poderá exercer:

- a) funções de Autoridade Portuária em portos organizados localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal;
- b) atividades afins, conexas e acessórias;
- c) excepcionalmente, e mediante anuência formal do Ministério Supervisor, as funções de operador portuário.

3. Metas relativas ao desenvolvimento das atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Trata-se de metas para indicadores operacionais, de gestão e de meio ambiente, estabelecidas em seu Planejamento Estratégico 2020-2024, a serem alcançadas pela Companhia. As metas para o ano de 2022, aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua 577ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2021, estão detalhadas a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	SENTIDO E MEDIDA	ALCANCE	META 2022	RESP.
14. GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO NEGÓCIO	RENTABILIDADE DO NEGÓCIO	↑ (%)	CODEBA	40	<u>DAF/GRF</u>
	RETORNO SOBRE O CAPITAL	↑ (%)	CODEBA	≥ 18,56	<u>DAF/GRF</u>
13. OTIMIZAR OS RESULTADOS FINANCEIROS	PRODUTIVIDADE PER CAPITA	↑ (R\$)	CODEBA	R\$ 107.904,34	<u>DAF/GRF</u>
	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	↑ (%)	CODEBA	40	<u>DAF/GRF</u>
12. OTIMIZAR COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	CRESCIMENTO DO NÍVEL DE INTERESSE DO PÚBLICO EXTERNO	↑ (%)	CODEBA	≥70	<u>DPR/ASCOM</u>
	CRESCIMENTO DO NÍVEL DE INTERESSE DO PÚBLICO INTERNO	↑ (%)	CODEBA	≥70	<u>DPR/ASCOM</u>
11. ADEQUAR CAPACIDADE INSTALADA DE INFRAESTRUTURA AO MERCADO	EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO	↑ (%)	CODEBA	≥80	<u>DIP/GIE</u>
	EXPLORAÇÃO DE ÁREAS OPERACIONAIS DISPONÍVEIS	↑ (%)	CODEBA	≥29,86	<u>DERM/GDN</u>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	SENTIDO E MEDIDA	ALCANCE	META 2022	RESP.
	EXPLORAÇÃO DE ÁREAS NÃO AFETAS DISPONÍVEIS	↑ (%)	CODEBA	≥6,5	<u>DERM/GDN</u>
	UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA	↑ (%)	CODEBA	≥82,9	<u>DIP/GPA</u>
10. OTIMIZAR RESULTADOS DE POLÍTICAS TARIFÁRIAS	ÍNDICE DE AUTOSSUFICIÊNCIA TARIFÁRIA	↑ (%)	CODEBA	120	<u>DAF/GRF</u>
9. MELHORAR A GESTÃO AMBIENTAL, DE SAÚDE E DE SEGURANÇA DO TRABALHO	ÍNDICE DE GESTÃO AMBIENTAL, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	↑ (NOTA)	CODEBA	80	<u>DIP/GIE</u>
	TAXA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS, NAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS EM ÁREAS PÚBLICAS	↑ (%)	ARATU	≥90	<u>DIP/GIE</u>
			SALVADOR	≥90	<u>DIP/GIE</u>
			ILHEUS	≥90	<u>DIP/GIE</u>
	ÍNDICE DE CONFORMIDADE AMBIENTAL	↑ (%)	CODEBA	≥95	<u>DIP/GIE</u>
8. PROMOVER A REGULARIZAÇÃO PERANTE AS LEGISLAÇÕES DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO	OBTENÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO	↑ (%)	CODEBA	100	<u>DIP/GIE</u>
7. AUMENTAR O ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	INDICADOR DE GOVERNANÇA (IGSEST)	↑ (%)	CODEBA	Obter Certificação (Nível 2 ou 1)	<u>DPR/GAE</u>
6. PROMOVER A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	ÍNDICE DE ADESAO AOS PROGRAMAS DE INTELIGÊNCIA LOGÍSTICA PORTUÁRIA (AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS PORTUÁRIOS)	↑ (%)	CODEBA	47	<u>DAF/TI</u>
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDTI	↑ (%)	CODEBA	100%	<u>DAF/TI</u>
5. AUMENTAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL	↓ (%)	CODEBA	≤ 39	<u>DAF/GRF</u>
	GESTÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	↑ (%)	CODEBA	60	<u>DERM/GDN</u>
4. AUMENTAR A EFICIÊNCIA GERENCIAL	ÍNDICE DE ATENDIMENTO AS NOTIFICAÇÕES DE CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES (NOCI) EXPEDIDAS PELA ANTAQ	↑ (%)	CODEBA	≥ 90	<u>DPR/GPR</u>
	PROPORÇÃO DE ATENDIMENTO DAS NOTIFICAÇÕES EMITIDAS PELA ANTAQ A AUTORIDADE PORTUÁRIA E NÍVEL DE REINCIDÊNCIA DE INFRAÇÕES	↓ (%)	CODEBA	≤ 10	<u>DPR/GPR</u>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	SENTIDO E MEDIDA	ALCANCE	META 2022	RESP.
3. VALORIZAR PESSOAS	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	↑ (%)	CODEBA	50	<u>DAF/GAD</u>
	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO	↑ (%)	CODEBA	≥ 50	<u>DAF/GAD</u>
	INDICADOR DE COMPETÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DESENVOLVIDAS	↑ (%)	CODEBA	100	<u>DAF/GAD</u>
2. GARANTIR A SEGURANÇA DOS ATIVOS E DAS PESSOAS	ÍNDICE DE DANOS PATRIMONIAIS	↓ (%)	CODEBA	≤ 4%	<u>DAF/GAD</u>
	ÍNDICE DE INSEGURANÇA PATRIMONIAL	↓ (%)	ARATU	≤ 1%	<u>DIP/GPA</u>
			SALVADOR	≤ 1%	<u>DIP/GPS</u>
			ILHÉUS	≤ 1%	<u>DIP/GPI</u>
1. IMPLANTAR MODELO DE GESTÃO ORIENTADO A RESULTADOS	GESTÃO POR RESULTADOS	↑ (NOTA IGAP)	CODEBA	≥ 8,0	<u>DPR/GAE</u>

4. Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado, MMC – Movimentação Mínima e Sítio Padrão), oriundas dos arrendamentos de área, e ainda, receitas de aplicações financeiras.

5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.

Para a tomada de decisão de investimentos que visem ao atingimento de políticas públicas, a CODEBA vale-se de indicadores adequados a cada política adotada, de modo que haja maior chance de sucesso, permitindo revisão e ajustes quando pertinente.

Dessa forma, os principais indicadores utilizados são os financeiros, estratégicos, gerenciais e de desempenho, tais como índice de desempenho ambiental, índice de governança da Secretaria de Governança de Estatais, relatórios financeiros e contábeis, índice de movimentação de cargas no porto, dentre outros, disponíveis em [http:// www.codeba.gov.br](http://www.codeba.gov.br).

Quanto aos impactos econômico-financeiros, a Receita Operacional Líquida da Companhia totalizou R\$ 176.336.974,88, valor 25,96% superior em relação ao ano anterior (que ficou em R\$ 139.999.046,82) e o custo da atividade aumentou em 16,99%. O faturamento total em 2021 foi superior ao de 2020 em R\$ 42.419.587,65, representando crescimento bruto de 26,76%. O Resultado do exercício foi um lucro líquido de R\$ 45.454.992,93 milhões.

6. Comentários dos administradores:

Em 2021, a gestão da Companhia foi conduzida de forma a fazer com que a CODEBA retome o seu lugar de destaque no cenário nacional. Como efeito das decisões tomadas pela Diretoria, a CODEBA encerrou o ano com significativos resultados. Na contramão dos impactos mundiais da pandemia, em 2021 a CODEBA consolidou avanços significativos em seus indicadores. Foram movimentadas 13.491.011 toneladas de cargas, o que representa um aumento significativo de 15,92% em relação ao ano 2020, quando foram movimentadas 11.637.780 toneladas. A movimentação, acima de 13 milhões de toneladas, representa um novo recorde histórico de Receita/Lucro de 27% em relação ao ano 2020 por parte da Companhia. O EBITDA teve um aumento de 371% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 20.878.088,00 no ano de 2020 para 77.537.707,00, em 2021.

Dentre as ações que contribuíram para o atingimento desses resultados foram:

- Finalização do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP;
- Obtenção de maior controle sobre o passivo judicial, mostrando maior eficiência e zelo pela coisa pública;
- Atualização e equalização do Sistema de Gestão Portuária (OPENPORT) nos três portos, o que permitiu que o fluxo de informações alcançasse um nível maior de confiabilidade;
- Participação da CODEBA nos eventos Brasil Export e 27º Congresso Latino-Americano de Portos;
- Assinatura do Contrato de Outorgas dos ATU 12 e ATU 18;
- Conclusão da recuperação do Transportador de correia do TGS 1 do Porto de Aratu-Candeias, pela Operadora Porto Forte – Corredor de Importação no que possibilitou o retorno as operações, no TGS Sul, mediante modelo de utilização de antecipação de tarifas, (aplicando o Decreto nº 8.033 de 27 de junho de 2013);
- Realização da manutenção da balança rodoviária do Porto de Aratu, com a flexibilização da balança 03;
- Reativação da área 9 do PDZ, que permitiu seu uso para armazenagem de peças, cargas de projeto, contêineres e carga geral, no Porto de Salvador;

- Recebimento das informações de movimentação de contêineres do TECON, através de WEBSERVICE (EDI), que permite rapidez no fluxo das informações, no Porto de Salvador;
- Realização de manutenção nos equipamentos, balança rodoviária e tombador 01, shiploader e esteiras, do Porto de Ilhéus;
- Conclusão da execução dos serviços de dragagem de manutenção do Porto de Ilhéus, restabelecendo a profundidade de projeto de 10 metros;
- Conclusão dos serviços de recuperação do Molhe de proteção das instalações do Porto de Ilhéus;
- Retomada das obras de pavimentação das vias internas do Porto de Aratu-Candeias/BA.

Apesar das dificuldades que atingiram diversos setores da economia, reflexo da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), a Companhia das Docas do Estado da Bahia superou os obstáculos e obteve um ganho expressivo de movimentação de carga em comparação ao ano 2020, nos 03 (três) Portos, geridos pela Companhia: **Porto de Salvador - 9%, Porto de Aratu – 20,32% e Porto de Ilhéus – 44,24%**. O aumento no volume de carga movimentado resultou em um maior faturamento, resultado **27%** superior ao ano de 2020.

Muito há ainda que melhorar, mas pode-se considerar que o ano de 2021 foi exitoso, mostrando para o público interno que valeu à pena investir na melhoria dos processos, ensejando uma gestão mais efetiva e geradora de resultados. Os recordes de movimentação/faturamento servem de incentivo para prosseguir na busca da Melhoria Contínua, seguindo e aperfeiçoando os processos; cumprindo as imposições legais; e liderando as iniciativas de integrar a Comunidade Portuária, considerando todos os elos da Cadeia Logística Portuária, na qual a CODEBA está inserida.

7. Remuneração

Na administração pública, a remuneração dos administradores e empregados pode ser afetada por indicadores de gestão interna e por indicadores de atuação da sociedade (indicadores sociais). Os indicadores sociais são instrumentos operacionais para monitoramento da realidade social, visando a formulação e reformulação de políticas públicas. Hoje, os indicadores sociais são expressos usualmente como taxa de desemprego, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, entre outros.

Na CODEBA, a remuneração dos administradores é afetada por indicadores internos, que são estabelecidos para monitorar o desempenho das Companhias Docas, tanto em relação às

metas de gestão, previstas no Honorário Variável Mensal (HVM), quanto em relação às metas empresariais, previstas na Remuneração Variável Anual (RVA). A remuneração dos empregados pode eventualmente sofrer acréscimo, no caso de haver possibilidade de aporte do programa de Participação em Lucros e Resultados - PLR. Em ambos os casos não há a incidência de indicadores sociais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “*carta anual de governança corporativa que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração*”. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. Atividades empresariais – Serviços X Receita.

Os principais serviços ofertados pelos portos administrados pela CODEBA, no ano de 2021, e sua relação com a receita e o lucro da Companhia, em comparação com o ano de 2020, estão demonstrados no quadro abaixo:

Serviços/Segmento	Receita Bruta por Segmento (R\$)		Desempenho 2021/2020
	2020	2021	
Faturamento Patrimonial Área Coberta	5.611.589,65	6.004.035,17	6,99%
Faturamento Patrimonial Área Descoberta	17.406.944,83	22.213.861,89	27,61%
Marítima	57.040.227,07	61.779.634,38	8,31%
Acostagem	5.756.593,58	5.954.209,46	3,43%
Terrestre	60.403.444,63	87.841.469,24	45,42%
Armazenagem	5.494.968,19	7.861.915,06	43,07%
Equipamentos Portuários	1.299.319,81	3.517.738,56	170,74%
Diversos	5.529.474,03	5.789.285,80	4,70%
Total	158.542.561,79	200.962.149,56	26,76%

Fonte: Gerência Financeira – GRF.

Receita total da empresa em 2020	R\$ 167.694.216,54
Receita total da empresa em 2021	R\$ 238.773.485,19
<hr/>	
Receita líquida proveniente do segmento 2020	R\$ 139.999.046,82
Receita líquida proveniente do segmento 2021	R\$ 176.336.974,88
<hr/>	
Participação do segmento na receita líquida total - 2020	83,48%
	73,85%

Participação do segmento na receita líquida total – 2021	
Lucro/prejuízo líquido do período (2020):	R\$ 4.145.959,45
Lucro/prejuízo líquido do período (2021):	R\$ 45.454.992,93

Fonte: Gerência Financeira – GRF.

Os comentários sobre o desempenho estão detalhados no item 4 desta Carta.

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos.

Conforme previsto no Estatuto Social, as estruturas e mecanismos de controle para monitorar as atividades que serão desenvolvidas pela Companhia, em atendimento às políticas públicas, no intuito de zelar pela transparência, completude e exatidão das informações aqui apresentadas são as seguintes:

- Auditoria Interna;
- Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance;
- Auditoria Independente;
- Comitê de Auditoria Estatutário;
- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

2.1. Quanto à Auditoria Interna

A Auditoria Interna da CODEBA está vinculada ao Conselho de Administração, enquadrando-se como auditoria interna governamental, conceito formalizado na IN CGU nº 03 de 09/06/2017. Dentre suas competências, ressalta-se *"avaliar a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras"*, conforme Estatuto Social em vigor.

2.2. Quanto ao Gerenciamento de Riscos, Compliance e Controles Internos.

As ações de Gerenciamento de Riscos Compliance e Controles Internos serão coordenadas pela Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance.

a) Quanto ao Gerenciamento de Riscos

O Conselho de Administração, em face da deliberação favorável e expressa em sua 566ª reunião realizada em 27 de maio de 2021, na forma do art. 58, inciso XII, do Estatuto Social, aprovou a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da CODEBA, revisão 01, em consonância com o art. 9º da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

O referido documento tem por objetivo regulamentar e definir os princípios, diretrizes, estrutura, competências e responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da CODEBA, de forma a assegurar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos do negócio. Segundo a Política vigente, as instâncias responsáveis pelo Sistema de Conformidade e Gestão de Riscos da CODEBA são:

- I – o Conselho de Administração;
- II – o Conselho Fiscal;
- III – a Diretoria Executiva;
- IV – o Diretor-Presidente;
- V - Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance;
- VI – os Gerentes de Unidade e Setores;
- VII- a Auditoria Interna;
- VIII - o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD).

b) Quanto ao Controle Interno

Conforme Plano de Risco da CODEBA, aprovado pela Diretoria Executiva em sua 214ª Reunião Ordinária de 03/12/2020, as instâncias de Controle Interno seguem o modelo das Três Linhas de Defesa da IIA:

- 1ª Linha de Defesa – A primeira linha de defesa é composta pelas funções de gerência, responsáveis por monitorar e controlar os processos de trabalho e seus riscos inerentes;
- 2ª Linha de Defesa – Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance, que tem como objetivo a identificação de eventos que poderiam comprometer as estratégias da Companhia na consecução dos seus objetivos de negócio;
- 3ª Linha de Defesa – Gerência de Auditoria Interna, que tem a função de avaliar e informar a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos.

Para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a CODEBA possui a seguinte estrutura:

- Auditoria Interna;
- Auditoria Independente.

As práticas de controle interno são avaliadas pela Gerência de Gestão Estratégica Riscos e Compliance, refletindo diretamente nas atualizações dos normativos realizados pela Companhia, além de ajustes administrativos que buscam aprimorar as atividades executadas.

Atualmente a Equipe responsável pelo acompanhamento é composta por:

- 01 Chefe de Serviço
- 01 Analista Portuária – Especialidade Economia
- 01 Técnica Portuária – Apoio Administrativo

2.3. Quanto ao Parecer dos Auditores independentes

O relatório dos auditores independentes apresentou ressalvas com relação aos temas: Estoque; Ativo Imobilizado; Depósitos Judiciais; e Certidões. Seguem as providências da companhia, a fim de sanar tais ressalvas:

Ressalvas:

1 - **Estoque:** A Auditoria Independente apontou divergência relevante entre a inspeção física dos estoques com o sistema integrado de gestão. O Conselho solicita que seja realizada a conciliação mensal do grupo de estoques, confrontando o saldo contábil com o relatório do módulo de estoques, além de efetuar periodicamente o procedimento de inventário físico;

2 - **Ativo Imobilizado:** A Auditoria Independente apontou a ausência da avaliação da vida útil econômica estimada dos bens para fins de cálculo de depreciação econômica e da avaliação do montante a ser reconhecido como perda em virtude das evidências de impairment das obras descontinuadas. O Conselho ratifica a recomendação do Comitê de Auditoria de adequação aos pronunciamentos contábeis do CPC 27.

– Ativo Imobilizado e CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3 – **Depósitos Judiciais:** Considerando o avanço na implementação das ações para o saneamento da divergência entre os valores relativos a depósitos e bloqueio judiciais, registrada no Balanço, e os valores informados pela área jurídica, o Conselho recomenda que

a Companhia assegure o procedimento de conciliação mensal entre os controles da Gerência Jurídica e da Contabilidade, a fim de garantir a atualização das informações, conforme previsto no CPC 39, interligado com IASB/IAS 32, aos itens 42 a 50 e os guias de aplicação AG 38 e 39;

4 - **Certidões:** A Auditoria Independente apontou a existência de pendências perante o Poder Público. Considerando que o assunto vem sendo diligenciado pelas áreas técnicas e acompanhado pelo colegiado, o Conselho recomenda que a Companhia continue envidando esforços para a regularização.

3. Fatores de Risco

Os principais fatores de risco que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODEBA, no tocante ao atingimento de políticas públicas, estão apresentados a seguir:

- a) Restrição de Recursos Orçamentários da União em Função de Políticas Públicas de Estado.
- b) Alto Custo de Manutenção do Plano PORTUS de Previdência.
- c) Elevado Passivo Trabalhista – Ações Judiciais e Plano PORTUS.
- d) Possível Inadimplência de arrendatárias, de terminais privativos, de operadores portuários e outros.
- e) Infraestrutura defasada e em má conservação.
- f) Falhas apontadas em Fiscalizações Ambientais e de Órgãos de Controle.
- g) Não Observância aos Regramentos Internos e Externos relacionados a temas de Conduta Ética e Integridade por parte de Administradores e empregados.
- h) Obstáculos à Atualização dos Sistemas de TI.
- i) Alterações/Troca da Gestão por influências exógenas.

4. Dados econômicos financeiros e comentário sobre o desempenho

4.1. Dados econômicos financeiros

As demonstrações financeiras e os indicadores econômicos refletem a manutenção do cenário observado em 2020. A receita oriunda dos serviços de exploração e administração dos portos somou R\$ 200.962.149,56, superior em 26,76%, se comparado ao resultado do ano anterior. A receita financeira totalizou R\$ 4.989.642,35, reduzindo 15,66%, ante o resultado do ano anterior, devido à baixa rentabilidade causada pela queda histórica da taxa Selic.

No item despesas, os dispêndios totais somaram R\$ 12.710.407,30 contra R\$ 47.137.975, em 2020, representando redução de 73,04%, consequência principalmente da reversão da provisão tributária, referente ao ISS da Prefeitura de Candeias.

Em 2021, houve lucro líquido de R\$ 45,5 milhões. O resultado apresentado tem como principais causas o incremento no faturamento e a reversão da provisão tributária, referente ao ISS da Prefeitura de Candeias.

4.2. Comentário sobre o desempenho

Em relação ao atingimento das metas, a CODEBA possui o Programa de Remuneração Variável (RVA). Este programa é regido pelo art.152 da Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo art. 37, parágrafo 5º do Decreto nº 8945/16, e pelas orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais–SEST. O Programa tem por objetivo promover a implementação da estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos dirigentes ao respectivo desempenho.

O quadro a seguir apresenta o histórico do atingimento das metas do RVA e as metas estabelecidas para o ano de 2022, no que tange aos indicadores nas dimensões Econômico-Financeiro; Políticas Públicas e Governança, Conformidade e Transparência, estabelecidos pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, a serem alcançadas pela Companhia, e a cujo alcance está vinculada a bonificação anual dos Diretores:

PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (RVA) 2022									
METAS									
PROGRAMA APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 26/11/2021 - DELIBERAÇÃO CONSAD Nº 050/2021									
Dimensões	Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	Média 2017-2021	Meta 2022	Sinal
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado			
Econômico Financeiro	Indicador de Desempenho Econômico-Financeiro (RPL para bancos ou Retorno do Capital nas demais)	2,71%	0,15%	8,48%	11,78%	30,79%	10,78%	18,56%	+
	Execução do OI (exceto instituições Financeiras)	5,28%	3,15%	7,90%	22,38%	16,28%	11,00%	25,00%	+
	Índice de Eficiência Operacional	49,72%	51,33%	48,08%	49,22%	39,04%	47,48%	40,64%	-
	Prancha diária na movimentação de contêineres	868	899	912	968	919	913	934	+
	Tempo médio de estadia de navios de contêineres	0,5	0,48	0,40	0,41	0,51	0,46	0,45	-
	Prancha diária na movimentação de celulose	5870	3603	4887	4613	4907	4776	4987	+
	Movimentação anual de cargas nos portos públicos	11.860.506	11.146.923	11.648.966	11.637.784	13.491.011	11.957.038	13.710.914	+
	Eficiência Administrativa	15,13%	20,91%	12,08%	9,55%	-11,76%	9,18%	7,03%	-
	Utilização da capacidade instalada	74,64%	70,15%	73,31%	73,24%	84,91%	75,25%	82,90%	+
	Manutenção do calado operacional	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	+
	Exploração de áreas não afetadas disponíveis	4,40%	4,40%	4,10%	4,37%	4,40%	4,33%	5,80%	+
Políticas Públicas	Índice de desempenho ambiental (IDA)	43,90	63,30	73,0	78,10	79,24	67,51	80	+
	Melhoria no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP	-	-	-	4,17%	0%	2,08%	6,67%	+
Governança, Conformidade e Transparência	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	449	453	280	374	406	392	430	+
	Indicador de Governança Sest (IG-Sest)	2,16	5,51	7,82	-	7,29	5,7	7,2	+

Fonte: Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance – GAE.

Nos termos da Lei 13.303/16, art. 23, § 2º, o Conselho de Administração deve “promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões”.

No que tange a essa análise, o Conselho de Administração apreciou, em sua 580ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022, os Relatórios anuais de execução das metas do planejamento estratégico e do plano de negócios, referentes ao ano de 2021. Os Relatórios completos estão disponíveis no site institucional da CODEBA, e podem ser acessados por meio do endereço <http://www.codeba.gov.br/governanca>.

Segue abaixo a transcrição da Deliberação CONSAD nº 007, de 23 de fevereiro de 2022, com as conclusões do Conselho de Administração acerca do Relatório anual de execução das metas referente ao exercício 2021:

“O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA, no uso da competência atribuída pelo artigo 58, inciso “XXXVII”, do Estatuto Social da Companhia, em sua 580ª reunião ordinária, realizada nesta data, D E L I B E R A: 1 - Em cumprimento a Lei das Estatais, §2º do art. 23, e ao Decreto nº 8.945/2016, §3º do art. 37, o Conselho analisou os Relatórios anuais de Execução do Planejamento Estratégico e do Plano

de Negócios – exercício de 2021, apresentados pela Diretoria Executiva da CODEBA, e constatou que dos 28 indicadores definidos para mensurar a consecução dos 14 objetivos Estratégicos, 21 foram atingidos em sua plenitude, o que resulta em um percentual de 78%. Para os outros sete indicadores, 06 tiveram atingimento superior ou igual a 50% da meta, e apenas 01 ficou com resultado abaixo do esperado; 2 - O Conselho avalia que o resultado demonstra um amadurecimento dos sistemas de governança, com a otimização dos processos e fortalecimento dos controles internos, que contribuíram para o atingimento de recordes na movimentação de cargas e no faturamento, com a utilização de 80% da capacidade instalada; 3 – Assim como aconteceu no exercício anterior, com o aperfeiçoamento do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, houve avanço quanto ao monitoramento das metas e indicadores, tornando o documento mais instrumental; 4 – Para os próximos exercícios, o Conselho recomenda o aprimoramento dos indicadores relativos a execução do orçamento de investimentos, da Comunicação Interna e da relação Porto x Cidade; 5 - Fica determinada a publicação desta Deliberação e encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.”

5. Políticas e práticas de governança corporativa

As ações de governança da CODEBA são desenvolvidas com base no Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública. Trata-se de documento que reúne e organiza boas práticas de governança pública que, se bem observadas, podem incrementar o desempenho de órgãos e entidades públicas.

Conforme estabelecido em seu Estatuto Social, a estrutura interna de governança da CODEBA é constituída pela Auditoria Interna, Ouvidoria e Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance.

5.1. Práticas de Governança Corporativa:

a) No que diz respeito aos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração, a CODEBA realiza as seguintes práticas:

- divulga no site da empresa o nome e currículo dos Diretores e Conselheiros;
- possui programa de metas aprovadas pelo Conselho de Administração e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal e seus Diretores;

- os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração responsabilizam-se pelo estabelecimento de diretrizes e políticas para gestão e alcance dos resultados; avaliam, direcionam e monitoram, periodicamente, a gestão da organização, com relação ao alcance das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, e responsabilizam-se pela avaliação e aprovação, até a última reunião ordinária do ano anterior, do plano de negócios para o ano seguinte.

b) Com relação ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, a CODEBA:

- Possui um Comitê, formalmente instituído;
- Sua composição e competências estão alinhadas com o Estatuto Social vigente;

c) Com relação ao Comitê de Integridade, a CODEBA:

- Possui um Comitê, formalmente instituído e atualizado. A composição dos membros do Comitê de Integridade foi revisada pelo Regimento, seguindo o padrão utilizado pelo Ministério da Infraestrutura, que atrela os componentes do Comitê aos titulares das áreas relacionadas à Integridade (Auditoria Interna, Comissão de Ética, Compliance e Gestão de Riscos, Corregedoria e Ouvidoria).
- Aplicou um questionário para aferir o nível de maturidade dos empregados sobre as temáticas de Integridade e Gestão de Riscos, com o objetivo de medir o nível de conhecimento e interesse dos colaboradores sobre a temática. Os resultados do questionário serão analisados pelo Comitê e as informações obtidas serão utilizadas como subsídio para o Plano de integridade do exercício seguinte.
- Realizou o mapeamento dos riscos de integridade, por meio da Área Funcional de Riscos e Compliance. As informações levantadas serão utilizadas como subsídio para o Plano de integridade do exercício seguinte.
- Aprovou o seu Código de Conduta e Integridade pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação CONSAD Nº 60/2021. O Código tem como objetivo orientar a conduta pessoal e profissional de todos os que, direta ou indiretamente, estão profissionalmente vinculados à CODEBA.
- Aprovou o Regimento Interno do Comitê de Integridade, por meio da Deliberação CONSAD Nº 61/2021. O Regimento disciplina o funcionamento do Comitê, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 - Lei das Empresas Estatais; Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção; Decreto nº 8.420/2015; Decreto nº 7.203/2010; Decreto nº 1.171/1994; o Código de Conduta Ética e Integridade dessa Companhia e boas práticas

de governança corporativa. O principal objetivo do Regimento é zelar pelo respeito, cumprimento e difusão dos princípios e valores éticos e adotar medidas disciplinares adequadas.

- Divulgou a campanha da Controladoria Geral da União (CGU) "Integridade somos todos nós", por meio de cartilhas mensais sobre temáticas relacionadas à integridade. Foram abordados assuntos como assédio sexual, assédio moral, responsabilização de agentes públicos e de pessoas jurídicas. O objetivo da campanha é contribuir para o fomento da cultura da integridade, orientando, informando e educando os colaboradores.

d) Com relação à Auditoria Interna:

Em 2021, a auditoria interna realizou dois trabalhos de avaliação de controles internos em processos da Companhia (Gestão e Execução de compras diretas; e Gerir Faturamento). Realizou ainda seus processos de planejamento e relatório anual, apreciados pelos Colegiados e submetidos à supervisão técnica da Controladoria Geral da União. De forma sumária, a Gerência de Auditoria Interna realizou as seguintes ações:

1. Ações programadas:

- 04 ações de auditoria;
- 01 Parecer para Prestação de Contas;
- Acompanhamento de cumprimento de recomendações;
- Aprovação do seu novo Regimento Interno;
- Acompanhamento do desempenho da auditoria interna;
- Assessoramento aos órgãos de controle em visitas técnicas.

2. Ações não programadas:

- Emissão de 02 Relatórios de Auditoria;
- Emissão de 05 notas técnicas para atendimento às solicitações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

e) Com relação à Ouvidoria:

- tem por objetivo atender ao cidadão/usuário em assuntos inerentes aos serviços prestados e processos de gestão da Companhia;
- possui um importante instrumento de interação entre a Companhia e a sociedade, com vistas a refletir melhorias na busca da eficiência, eficácia, transparência, impessoalidade e legalidade na prestação dos serviços;

- busca a tempestividade no atendimento das manifestações às áreas demandadas e resposta ao usuário;
- é ente participante do Comitê Técnico de Ouvidorias (CTO) do Ministério de Infraestrutura;
- é vinculada diretamente ao Conselho de Administração – CONSAD;
- é regida pela Norma de Ouvidoria, aprovada pelo Conselho de Administração em sua 500ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de setembro de 2018;
- realiza relatórios trimestrais e anuais com a apresentação das principais informações das atividades do período;
- participa de cursos e treinamentos pertinentes à área, agregando conhecimento de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados pela ouvidoria;
- participa do Comitê de Integridade da Companhia.

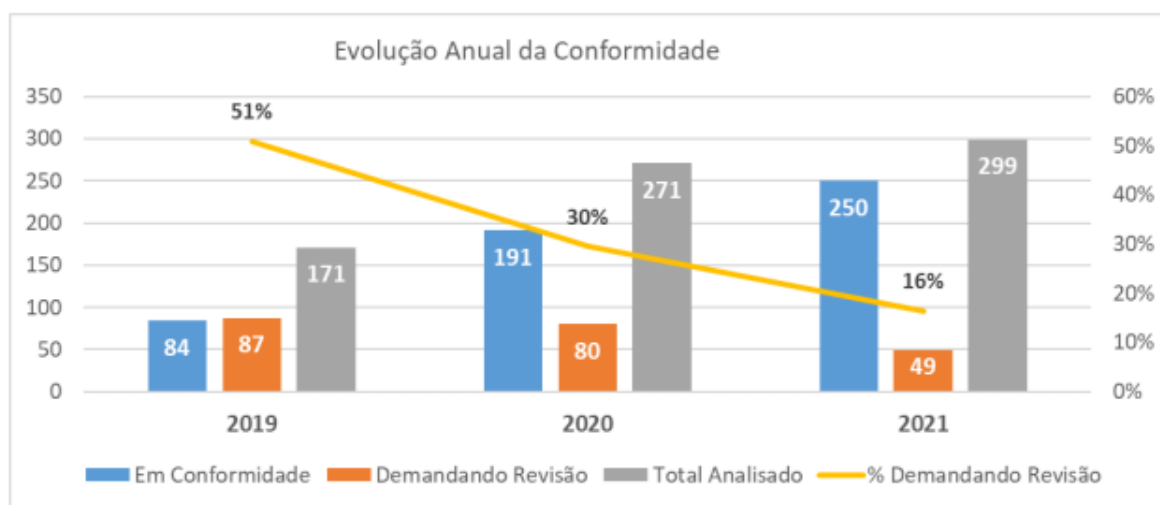
f) Com relação à Gestão de Riscos, a CODEBA realizou as seguintes práticas:

- Revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - apontado os objetivos, as diretrizes, as competências e responsabilidades das áreas envolvidas no processo de gestão de riscos;
- Aprovação da Declaração de Appetite a Riscos – Nível de Risco que a Companhia está disposta a aceitar visando a busca pelo alcance dos seus Objetivos Estratégicos;
- Implantação do Sistema de Gestão de Riscos AGATHA, que permite à Companhia realizar o trabalho de registro, acompanhamento, gestão, classificação, monitoramento e gerenciamento dos riscos institucionais, através desta ferramenta gratuita;
- Treinamento no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sobre a temática “Compliance e Governança: da conformidade legal à integridade corporativa”. O Curso contou com a participação dos empregados da Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance;
- Concluiu o mapeamento de 04 processos, a seguir relacionados, identificando 29 Riscos. Desses, apenas 01, relacionado aos Riscos de Integridade, manteve-se fora do Appetite a Riscos da Companhia, dado o seu grau de severidade e a inexistência de controles:
 - i. G1.1 – Elaborar Planejamento Estratégico, em conjunto com a Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance - (02 Riscos);
 - ii. P2 – Gerir Operações Portuárias, em conjunto com a Gerência do Porto de Salvador (GPS), responsável pela gestão deste processo, em conjunto com a GPA (Aratu) e GPI (Ilhéus) - (08 Riscos);

- iii. S2.4 – Gerir Faturamento, em conjunto com a Gerência Financeira – (03 Riscos);
- iv. Riscos de Integridade, em conjunto com o Comitê de Integridade da CODEBA (16 Riscos).

g) Com relação ao Compliance e ao Controle Interno, a CODEBA:

Realizou, em 2021, 299 análises em processos administrativos, envolvendo conformidade em aquisições, contratações e renovações contratuais, além de análises em propostas de normas, políticas e manuais, enquanto que, em 2020, foram realizadas 271, registrando-se um aumento de 10% no período. Apesar do crescimento no volume de análises, a qualidade da processualização dos pedidos apresentou melhoria substancial. De um volume de cerca de 30% de processos demandando correções em 2020, chegou-se a apenas 16% em média, em 2021:



Quadro da Evolução da Conformidade na Codeba 2019 a 2021

Fonte: Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance – GAE.

h) Com relação à Transparência, a CODEBA:

- designa formalmente profissionais para desempenhar as atividades relacionadas à Lei de Acesso à Informação - LAI na CODEBA e Gestão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC;
- acompanha, periodicamente, o atendimento à transparência ativa, como demandado pela LAI, onde é garantida a divulgação proativa de informações de contratos, licitações, lista nominal e salários dos funcionários, gastos em diárias e passagens,

assim como todos os itens obrigatórios encontrados na lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Essas informações são disponibilizadas no site institucional da CODEBA (www.codeba.gov.br), no item “Acesso à Informação”;

- acompanha, tanto o atendimento à transparência ativa quanto passiva (e-Sic), por meio de indicadores próprios emitidos pelo sistema eSic e fornecidos, trimestralmente, pela SNPTA – MI, os prazos máximos e médios de atendimento.

i) Governança de TI

Referente à Governança de TI, no ano 2021 foram adotadas as seguintes ações:

- Aprovação da atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC 2021-2024 na 260ª reunião da Diretoria Executiva;
- Melhorias no atual Sistema Gerencial Administrativo, Financeiro e Recursos Humanos, em operação na CODEBA:
 - ✓ bloqueio de alterações diretas no Banco de Dados por meio de scripts;
 - ✓ criação de procedimentos operacionais padrão – POP das funcionalidades mais utilizadas pelos usuários do sistema;
 - ✓ acompanhamento mais minucioso dos chamados com disponibilização de equipe dedicada para atendimento das demandas buscando reduzir os impactos que uma falha pode causar na rotina do setor de TI ou do negócio da CODEBA.
- Iniciado, no âmbito interno da CODEBA, os procedimentos necessários à realização do processo licitatório para fornecimento de Solução Unificada e Integrada de Tecnologia e Gestão para substituição do ERP em operação nos Portos Organizados de Aratu-Candeias, Salvador e Ilhéus, com previsão de publicação do edital em junho/2022 dando início à fase externa;
- Contratação de serviço para atualização do Sistema de Gestão Operacional (OPENPORT) em uso nos Portos Organizados de Aratu-Candeias, Salvador e Ilhéus;
- Aprovação da Política de Segurança da Informação e Privacidade na 282ª reunião da Diretoria Executiva e na 577ª reunião do CONSAD;
- Aprovação da Norma de Serviços de Impressão, Digitalização e Cópia de Documentos na 268ª reunião da Diretoria Executiva;
- Aquisições de materiais para manutenção e sustentação da infraestrutura tecnológica da CODEBA;

- Melhoria na infraestrutura da rede com a realização de upgrade do Servidor que prover os serviços de Sistema da Operação Gerencial Portuária e Gerenciamento de Usuários na rede (AD) do Porto de Aratu-Candeias;
- Capacitação técnica da APO – Analista de Tecnologia da Informação na realização do curso Agile Trends GOV 2021;
- Início no âmbito interno e externo da Organização aos procedimentos necessários à realização do processo licitatório para prestação de serviços continuados de acesso dedicado à internet na Sede da CODEBA e links de interligação entre a Sede e os Portos Organizados de Aratu-Candeias e Ilhéus, com fornecimento de infraestrutura física e tecnológica, com previsão de finalização do certame em maio/2022, em virtude de impugnações ocorridas durante o processo;
- Contratação de empresa especializada em consultoria LGPD e início dos procedimentos e plano de ação para adequação da CODEBA à nova legislação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/2018, atualizada pelas Leis 13.853/2019 e 14.010/2020, com previsão de término de execução em julho/2022 conforme contrato firmado entre as partes;
- Início da implantação da plataforma AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem com previsão de conclusão em 2022 com disponibilização de cursos EAD e divulgação da plataforma para os usuários da CODEBA realizarem os referidos cursos.

j) Com relação aos Projetos de Capital, a CODEBA:

- implementa processos e alçadas de aprovação para esses projetos;
- assegura-se de que foram mapeadas as questões de sustentabilidade ambiental, inclusive as licenças necessárias para a execução do projeto;
- adota medidas corretivas durante a execução dos projetos, quando necessário, visando ao alcance das metas físicas e financeiras.

k) Quanto à Política de Dividendos, a CODEBA divulga:

- o processo e as instâncias responsáveis pela proposição da distribuição de dividendos;
- o parâmetro de referência a ser utilizado para definição de eventual dividendo adicional ou complementar (acima do mínimo obrigatório), bem como as circunstâncias e os fatores que podem afetar a distribuição: fluxo de caixa operacional

superior às necessidades de financiamento, liquidez corrente compatível com o setor de atuação, limites operacionais satisfatórios, etc;

- a periodicidade dos pagamentos das parcelas dos dividendos;
- em conformidade com a lei 6.404/76 e Estatuto Social da Companhia, os órgãos da administração apresentam à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação a ser dada para o lucro líquido do exercício.

I) Quanto à Gestão de Pessoas, a CODEBA:

- Adota uma postura de transparência disponibilizando para os empregados, ex empregados e a todos que necessitam de informações, documentos e prestação de contas de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo.
- Apresenta decisões embasadas no respeito às leis e regulamentos aplicáveis aos processos;
- responsabilidade corporativa com ampliação e transparência dos processos internos realizados que impactam na redução das falhas identificadas.
- Enviou para a SEST a proposta do Programa de Demissão Voluntária da CODEBA;
- Elaborou o Programa de valorização de pessoas chamado de “VALORIZA CODEBA”;
- Realiza estudos e análises para proposição de alterações no Plano de Cargos e Salários dos Cargos Comissionados;
- Elaborou manuais de procedimentos operacionais de processos “chaves” no âmbito da folha de pagamento, permitindo um maior controle, qualidade e rapidez nas informações geradas;
- Efetuiu mudanças na equipe de operação da folha de pagamento de modo a possibilitar auditorias mensais nas folhas geradas;
- Reduziu os valores pagos pelos empregados e pela CODEBA no benefício de assistência médica;
- Utiliza a gestão de competências para realizar processos de gestão de pessoas;
- Realiza avaliação de desempenho dos empregados;
- Possui indicadores e metas para avaliar o desempenho individual dos empregados;
- Tem ações estruturadas de acompanhamento do processo de negociação coletiva;
- Elabora o plano anual de capacitação;
- Adota critérios de competências para alocação nos cargos gerenciais, considerando formação e experiência, desempenho e potencial;

- Eliminou processos e atividades manuais, com regras automáticas e decisões programadas com foco na automação, liberando mão-de-obra e reduzindo a possibilidade de erro humano;
- Adotou o processo eletrônico, buscando a eliminação da movimentação física e toda a ineficiência inerente;
- Aplica periodicamente pesquisa de clima organizacional, utilizando os resultados para orientar a política de gestão de pessoas e demais áreas.

m) Quanto à Previdência e Assistência à Saúde, a CODEBA:

- Faz o acompanhamento da solvência, da liquidez e do equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de previdência complementar;
- Acompanha o atendimento à cobertura de hospitais, clínicas e profissionais para o Plano de Assistência Médica, de modo a manter os níveis de qualidade e condições contratuais pactuadas, além de oferecer atendimento ao usuário através do Serviço Médico-Social;
- Monitora a situação das garantias econômico-financeiras exigidas pela ANS do plano odontológico ofertado na modalidade autogestão por operadora, o qual está em situação de extinção, uma vez que o serviço será ofertado por operadora contratada no mercado.

n) Com relação às políticas públicas, a CODEBA:

- Publica carta anual, subscrita pelos Conselheiros de Administração, contendo os compromissos de atendimento às políticas públicas e a definição dos recursos a serem empregados, além dos impactos econômico-financeiros, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;
- Monitora a execução da política pública, regularmente, e atua para garantir o alcance dos objetivos definidos;
- Divulga, anualmente, o seu Relatório Integrado e de Gestão.

o) Com relação ao Planejamento Estratégico, a CODEBA:

- Revisa o planejamento, periodicamente, incluindo a análise dos riscos estratégicos;

- Alinha o planejamento estratégico com o orçamento e com as orientações e as determinações dos órgãos supervisores, reguladores e coordenadores;
- Utiliza a análise de pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (SWOT) como base para a formulação de suas estratégias.

p) Com relação ao Planejamento Orçamentário, a CODEBA adota as seguintes práticas:

- Realiza o planejamento e a reprogramação dos orçamentos a partir do levantamento das necessidades de todas as áreas, sempre o alinhando ao planejamento estratégico;
- Realiza o acompanhamento periódico da execução de seus orçamentos, com encaminhamento de relatórios à alta administração sobre a implementação;
- Utiliza indicadores mensuráveis para acompanhamento da execução orçamentária;
- Quando encontrado desvios na execução dos orçamentos, a área responsável pelo planejamento e gestão orçamentária atua junto à alta administração e às áreas envolvidas para justificar e/ou corrigir as divergências em relação ao planejado;

6. Descrição da composição e da remuneração dos administradores

A remuneração dos membros estatutários é fixada, anualmente, pela Assembléia Geral, nos termos da legislação vigente. O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada, a remuneração dos Administradores, Conselheiros Fiscais e Membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o período de abril/2021 a março/2022.

COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA						
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E DEMAIS COMITÊS						
REGIME DE CAIXA - PERÍODO DE ABRIL/2021 A MARÇO/2022						
RUBRICA	TIPO DE CARGO (uma linha para cada tipo)	QTDE DE CARGOS PARA CADA TIPO (inserir quantidade) [a]	VALOR MENSAL (inserir valor) [b]	Nº PAGAMENTOS [c]	SUBTOTAL POR CARGO (não muda por troca de diretor) d=[bxc]	TOTAL GERAL POR TIPO DE CARGO e = [a x d]
Honorário Fixo (Valor fixo)	Presidente	1	19.003,92	12	228.047,04	228.047,04
	Diretor	3	17.886,04	12	214.632,48	643.897,44
Subtotais		4				871.944,48
Gratificação Natalina	Presidente	1	24.140,11	1	24.140,11	24.140,11
	Diretor	3	22.720,10	1	22.720,10	68.160,30
Subtotais		4				92.300,41
Gratificação de Férias	Presidente	1	8.046,70	1	8.046,70	8.046,70
	Diretor	3	7.573,37	1	7.573,37	22.720,10
Subtotais		4				30.766,80
Auxílio Alimentação	Presidente	1	895,67	12	10.748,04	10.748,04
	Diretor	3	895,67	12	10.748,04	32.244,12
Subtotais		4				42.992,16
Auxilio Moradia	Presidente	1	1.800,00	12	21.600,00	21.600,00
	Diretor	3	1.800,00	12	21.600,00	64.800,00
Subtotais		4				86.400,00
Plano de Saúde	Presidente	1	1.111,71	12	13.340,52	13.340,52
	Diretor	3	1.111,71	12	13.340,52	40.021,56
Subtotais		4				53.362,08
Seguro de Vida	Presidente	1	141,83	12	1.701,96	1.701,96
	Diretor	3	141,83	12	1.701,96	5.105,88
Subtotais		4				6.807,84
Previdência Complementar	Diretor	1	1.422,44	12	17.069,28	17.069,28
Subtotais		2				17.069,28
Quarentena	Presidente	1	19.003,92	6	114.023,52	114.023,52
	Diretor	3	17.886,04	6	107.316,24	321.948,72
Subtotais		4				435.972,24
Honorário Variável Mensal - (HVM)	Presidente	1	5.136,19	12	61.634,28	61.634,28
	Diretor	3	4.834,06	12	58.008,72	174.026,16
Subtotais		4				235.660,44
INSS	Presidente	1	6.125,94	12	73.511,34	73.511,34
	Diretor	3	5.810,39	12	69.724,65	209.173,94
Subtotais		4				282.685,27
FGTS	Presidente	1	2.450,38	12	29.404,54	29.404,54
	Diretor	3	2.324,15	12	27.889,86	83.669,57
Subtotais		4				113.074,11
I - TOTAL DA DIRETORIA						2.269.035,12
Honorário CA	Membros	7	2.499,80	12	29.997,60	209.983,20
INSS CA		7	499,96	12	5.999,52	41.996,64
Previdência CA		7		12	-	-
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						251.979,84
III - TOTAL DOS ADMINISTRADORES (I+II)						2.521.014,96
Honorário CF	Membros	3	2.499,80	12	29.997,60	89.992,80
INSS CF		3	499,96	12	5.999,52	17.998,56
Previdência CF		3		12	-	-
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL						107.991,36
Membros do CoAud	Membros	3	4.999,61	12	59.995,32	179.985,96
INSS CoAud		3	999,92	12	11.999,06	35.997,19
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA						215.983,15

Fonte : Gerência Administrativa -GAD

Conselho de Administração da CODEBA